



**Marcelle Freitas da Silva**

**Metamorfose na Cidade do Rio de Janeiro:  
Terreirão, de Comunidade de Trabalhadores  
Agrícolas à Favela.**

**RIO DE JANEIRO**

**Novembro – 2005**



**Marcelle Freitas da Silva**

**Metamorfose na Cidade do Rio de Janeiro: Terreirão, de Comunidade de Trabalhadores Agrícolas a Favela.**

Monografia apresentada no curso de Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para conclusão de curso.

Orientadora: Profª Drª Luciana Corrêa do Lago  
Rio de Janeiro  
Novembro - 2005

## ÍNDICE

	Página
Resumo.....	2
Introdução.....	3
Capítulo I – Núcleo de Trabalhadores Agrícolas - Gênese do Terreirão .....	9
Capítulo II – O Crescimento do Recreio dos Bandeirantes: O Fim das Atividades Agrícolas no Terreirão.....	16
Capítulo III – A Antiga Comunidade de Trabalhadores Agrícolas é Hoje uma Favela? .....	23
Considerações Finais.....	31
Referências Bibliográficas.....	32

## **RESUMO**

É impossível ao ser humano viver sem ocupar um lugar no espaço. Este expressa as relações sociais de produção, tornando-se uma condição vital para a humanidade, sendo assim, desenvolve-se um anseio natural em desvendá-lo.

É nesta busca pela compreensão do espaço inerente ao homem, que a Comunidade do Canal das Tachas (Terreirão), especialmente devido à singularidade da sua gênese, será analisada.

A evolução do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro ocorreu do centro para as periferias, de acordo com os interesses do capital. A última área a ser anexada à malha urbana foi a zona oeste, aonde o bairro do Recreio dos Bandeirantes, que abriga o Terreirão, encontra-se inserido.

Pretende-se responder quando, como e porque, essa localidade passou de uma comunidade composta por trabalhadores agrícolas à maior e mais bem estruturada favela do Recreio dos Bandeirantes. Será considerada então, a sua localização, em uma área com grande atuação do capital imobiliário, assim como a fluidez dos "limites" entre o "espaço formal" e o "informal", visto que dinâmica da favela, influirá no restante do bairro.

Considerar-se-á o Estado como regulador dos agentes sociais distintos, que estão em constante "disputa" pelo referido espaço, tanto na sua dimensão física quanto simbólica.

## **INTRODUÇÃO**

### **NOVAS FRONTEIRAS DE OCUPAÇÃO CARIOLA: A CHEGADA A ZONA OESTE**

As práticas que são desenvolvidas sobre um determinado espaço lhe geram impactos diretos, alterando-o tanto no todo como em parte ou preservando-o em suas formas e interações sociais. Essas mudanças geram variações no seu valor ao longo do tempo, o que acontece devido às alterações da sua importância.

O período compreendido entre 1870 e 1930 foi marcado por significativos acontecimentos nacionais e internacionais que influíram na economia, no crescimento populacional, na estratificação social e na formação do espaço urbano carioca.

Segundo Lojkine (1997), a aglomeração da população, dos instrumentos do capital, dos prazeres e das necessidades, ou seja, a cidade, está ligada às leis de acumulação capitalista, pois a produtividade do trabalho pela socialização das condições gerais de produção, aumenta os lucros. É mister ressaltar que a urbanização é um componente essencial deste processo, pois permite a diminuição do tempo de produção e de circulação do capital.

Por sua vez a cidade do Rio de Janeiro precisou se transformar, deixando de ser uma sede imperial para ser uma metrópole que facilitasse este acúmulo, o que era imprescindível para a sua inserção no ciclo capitalista.

Com a abolição dos escravos, a crise do café e a ampliação das fábricas, um grande contingente populacional se desloca para a região central da cidade, gerando uma crise de habitações, que serão constituídas nesta área por cortiços e "cabeças de porco", os quais apresentavam condições ínfimas, propiciando o surgimento de epidemias.

A elite sempre tratou de enquadrar o estilo de vida das classes de baixa renda como inadequado, já em 1829 sobre o pretexto da salubridade, passou a se diferenciar os espaços de moradia entre ricos e pobres. A classe dominante se imbuíu do dever de educá-los, coibi-los ou retirar-lhes dos espaços aonde pudessem ter algum tipo de contato, que fosse além das relações de trabalho. A sociedade de maneira geral tem historicamente sido influenciada por pensamentos que estigmatizam os pobres e sobre tudo a população favelada.

O surgimento de transportes coletivos somados aos interesses especulativos de loteadores de chácaras e fazendas foram os principais responsáveis pela incorporação de novas áreas ao tecido urbano.

Com a difusão da ideologia que associava o estilo de vida moderno a localização residencial a beira mar, as classes mais abastadas passaram a habitar a atual orla marítima carioca, sendo iniciada em Copacabana, e as classes proletárias se estabeleceriam próximo as estações de trem do subúrbio da cidade.

A existência de bairros para as camadas altas e as proletárias revela uma sociedade segregada, com uma complexa estrutura social em classes, o que influi no seu espaço urbano, que segundo Lefebvre (1980), é fragmentado, devido as diferentes funções da cidade e pela evidência da relação centro - periferia (separação dos usos e das classes) e simultaneamente articulado, hierarquizado, devido ao fluxo existente entre os diferentes espaços.

Enquanto atua como um agente regulador entre os interesses distintos dos movimentos sociais urbanos e das classes dominantes, o Estado torna-se um dos atores estruturadores do espaço urbano. Ele age interferindo e orientando a dinâmica do mercado, promovendo o desenvolvimento de formas e áreas diferentes podendo estimular ou não a especulação imobiliária mediante a taxação diferenciada destas.

Esta dinâmica tem se configurado por bairros bem estruturados mediante as necessidades do capital privado, pelas periferias com os seus loteamentos clandestinos e as favelas, que foram à solução encontrada pelo governo, para que a população de baixa renda se instalasse sem que com isso ele precisasse prover equipamentos coletivos.

*"A dinâmica urbana é fruto de interesses conflitantes. A produção do ambiente construído responde a diversos padrões os quais podem se reorganizar em função dos agentes envolvidos, dos condicionantes institucionais e da demanda a ser atendida. A produção de moradias é um dos principais vetores da expansão urbana"* (Cardoso, 1996:15).

O gradual deslocamento da população da região central da cidade, não foi suficiente para deixá-la livre das epidemias e com a aparência necessária para a propagação do estilo de vida moderno. Esses fatores impulsionam as reformas urbanísticas em diversos períodos, com diferentes objetivos e proporções.

Agache, foi o primeiro urbanista a considerar as favelas, com as suas localizações que aproximavam ricos e pobres e como problemas sociais e estéticos que deveriam ser eliminados. "A favela é vista como território máximo da precariedade tanto física quanto social, que se opõe ao restante da cidade, da sua ordem, a sua população" (Valladares<sup>1</sup>, apud Maiolino 2005:77).

Entre 1930 – 1950, segundo Abreu (1987), ocorreram na orla oceânica uma série de transformações motivadas, sobretudo pela necessidade de aplicação imediata de capitais em época de alta inflação. Podemos destacar o estímulo à construção civil que no ano de 1946, quando a prefeitura liberou o gabarito de prédios de 8 a 12 andares, deu início a uma nova venda da região, através da substituição das unidades uni-familiares pelos prédios. Esta permitiu o lucro sem a incorporação de novas áreas ou a criação de novos investimentos em infra-estrutura urbana.

O "boom" imobiliário do eixo Copacabana – Ipanema – Leblon com a intensificação do uso do solo, se dá no final da década de 1970, momento em que se inicia, por pressão das especuladoras imobiliárias, a construção do sistema viário em direção a São Conrado e Barra da Tijuca, permitindo assim a sua comercialização.

O Estado teve um papel decisivo neste processo, pois no capitalismo ele é o agente que viabiliza as condições gerais de produção do espaço urbano. Ele atua gerando infra – estrutura aonde quer e como quer segundo os "seus interesses", e elabora os modelos, as imagens e as normas que legitimam a prática capitalista.

---

<sup>1</sup> VALLADARES, Lícia. A gênese da favela carioca: a produção anterior as ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n.44, p. 5-34, out. 2000.(p.25)

O Recreio dos Bandeirantes começou a ser explorado pelas aspirações de antecipação às rendas fundiárias que surgiram no futuro, tendo sido necessário para isso, alterar os padrões de ocupação da área, modificando as características da sua localidade e transformando a sua posição relativa na estrutura urbana. Sendo efetivamente incorporado à malha urbana da cidade na década de 1990, fator que o torna uma fronteira de expansão, o limite de crescimento carioca. No vetor sul, da zona oeste este processo foi balizado pela orla marítima, vindo primeiro a Barra da Tijuca e em seguida o Recreio. A região tornou-se um lugar para abrigar a nova burguesia, os emergentes.

As intervenções estatais na cidade têm gerado uma distribuição desigual dos serviços e equipamentos urbanos. A construção de condomínios luxuosos se contrapondo ao crescente número de submoradias, a expansão das favelas, a degradação do meio ambiente, é recorrente no Rio de Janeiro, sendo um reflexo dos seus problemas sociais. Não se oferece a população condições de infra – estrutura, que lhes permita morar dignamente e se deslocar satisfatoriamente para o seu trabalho.

Seguindo a dinâmica da cidade, as pessoas de classes sociais mais baixas, motivados pela inexistência de uma política pública de habitação e transporte que atendesse as suas necessidades, passaram a ocupar áreas próximas ao seu trabalho e ali se instalaram, tornando-se "vizinhos" dos patrões. A região da Barra da Tijuca / Recreio dos Bandeirantes, enquanto centros de oportunidade de emprego, passam pelo processo de favelização.

Enquanto área rural, o Recreio era composto por inúmeras chácaras e fazendas. Com o intuito de trabalhar na produção de legumes e verduras ai desenvolvidos, migrantes vindos do Espírito Santo e de Minas Gerais na década de 1950 se instalaram em uma área próximo a chácara que lhes empregara. Formando então no final do Recreio o núcleo primitivo da Comunidade do Canal das Tachas, o Terreirão.

A constante chegada de novos moradores a este núcleo e a consequente expansão dos seus limites, que foram impostos pela empresa que loteou o restante do bairro, intensificou a atuação do Estado no local. As propostas adotadas por este

costumam ser a erradicação, quando comunidades inteiras são removidas durante a noite, liberando as terras para o capital imobiliário, ou a transformação das suas características, a “urbanização”.

O Terreirão esteve entre as quinze primeiras localidades a receber o projeto denominado Favela – Bairro (as obras foram realizadas entre 1996 e 1997), da prefeitura do Rio de Janeiro, que busca construir elementos da “cidade formal”, trazendo mudanças substanciais na aparência.

Podemos chamar esses projetos de requalificação, que põe o acento na forma física, destinando-se a “compor” a urbanidade através de ações requalificadoras; um urbanismo estratégico, onde as ações se limitam a poucos pontos ou áreas de intervenção, tentando interpretar as forças e as lógicas que transformam o território buscando “canalizá-las”; e um urbanismo de articulação do físico com o social, que põe a ênfase nos aspectos multiplicadores das ações urbanas tendentes a “costurar” os espaços formais e os informais que compõem a cidade e podem ser assim definidos: os informais são realizados por agentes *“não tipicamente capitalistas, como os favelados, os ocupantes e os loteamentos clandestinos”* (Rodrigues, 2003:284) e os formais que podem ser produzidos de forma capitalista, através dos incorporadores imobiliários. Essas ações não conseguem combater a segregação social.

Este trabalho busca investigar a passagem do núcleo de trabalhadores agrícolas do Terreirão para favela. Para isso, iremos subdividi-lo em capítulos, sendo o primeiro destinado à gênese da comunidade de agricultores, norteado pelos trabalhos de Santos (2005) e Maiolino (2005), visto a relevância destes para melhor compreensão da configuração das grandes cidades e do local em si na década de 1950.

O segundo capítulo abordará, o crescimento da região e a “necessidade” da realização do Favela-Bairro, a saber, que estes foram um dos fatores determinantes para o fim das atividades agrícolas ali realizadas, e gerando a atual configuração do seu espaço urbano. Nos levando a refletir no terceiro capítulo se o Terreirão passou de uma comunidade composta por trabalhadores agrícolas para trabalhadores dedicados a “atividades urbanas” ou para favelados, considerando então, as diferentes percepções referentes à favela e a comunidade. Para estas reflexões

utilizaremos principalmente os trabalhos de Topalov (1979), Lojkine (1977), Leitão (1999) e Bauman (2002). É importante ressaltar que grande parte das informações utilizadas na composição desta pesquisa são de fonte oral, obtidas através de trabalhos de campo no local.

## CAPÍTULO I

### NÚCLEO DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS - GÊNESE DO TERREIRÃO

Na década de 1950, o país passa por uma elevação no número de habitantes morando em cidades, deixando para traz o campo e na maioria dos casos, as práticas agrícolas, visto que o processo de urbanização está diretamente ligado à industrialização do país.

Nos anos de 1940, apenas 31% da população nacional habitava em cidades, número que foi para 45% em 60 e 68% em 80, gerando uma inversão do quadro. Segundo Santos (2005), o campo brasileiro repeliu os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada, passaram cada vez mais a viver em espaço urbanos.

As grandes cidades foram o maior foco de atração da população vinda de outros estados, principalmente de regiões interioranas, por concentrarem um maior número de atividades industriais e de prestação de serviços. Além disso, “*o Rio de Janeiro atraiu aqueles colonos de áreas rurais exatamente pela possibilidade de trabalho que se descortinava dentro da sua própria tradição agrícola*” (Maiolino 2005:62).

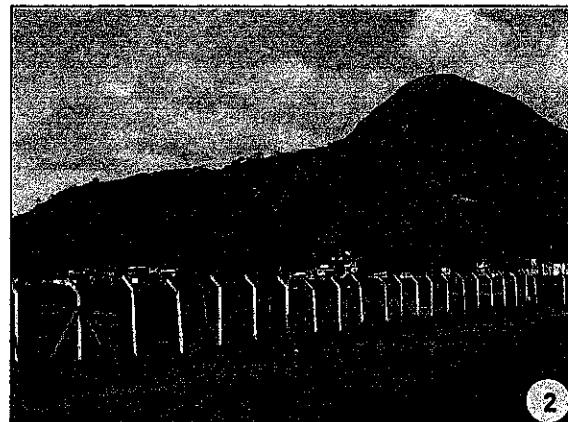
O Terreirão teve a sua gênese devido a este processo migratório, sendo que as práticas agrícolas permaneceram. De acordo com Santos (2005), este fato é normal se considerado o número de brasileiros engajados no setor nesta década, cerca de 60% da população economicamente ativa.

Segundo o relato da moradora Rosângela Aleixo, seus pais e avós vieram de Natividade (MG) para o Rio com o intuito de trabalhar na lavoura dos “portugueses”, o mesmo aconteceu com os pais de Alcir Matias, que são oriundos de Guaçuí (ES). Este contou que “*a roça era do lado de lá do canal, (ver fotos 1 e 2) e os nossos*

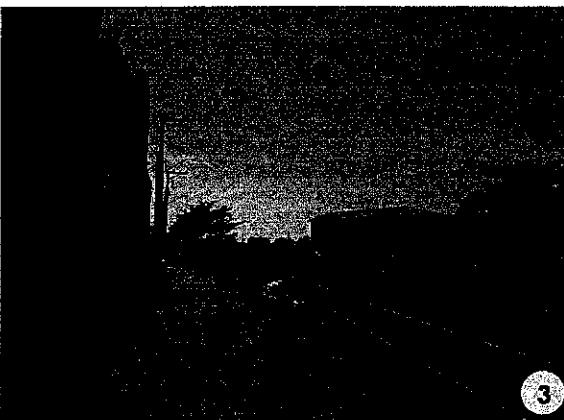
barracos do lado de cá (ver foto 3)", ao falar "do lado de lá" Alcir apontou para um grande terreno ao leste.



1



2



3

Foto 1 – Vista do "Coqueiral", no qual alguns moradores do Terreirão se referem a área da antiga produção agrícola. Foto 2 - Terreno da Família Carvalho, no lado leste do Canal das Tachas, com o morro do Rangel ao fundo. Foto 3 – Construções no lado oposto ao da antiga chácara. Local aonde foram levantados os barracos que deram inicio a ocupação do Terreirão.

Rosângela (42 anos) e Alcir (36 anos) já nasceram no local e relataram que além das suas famílias haviam outras três, que compuseram o núcleo inicial do Terreirão, com cinco barracos de pau-a-pique. Este número permaneceu durante o tempo que fora necessário ao estabelecimento destes e de outros trabalhadores que moravam na própria Chácara, para que os seus familiares viessem se unir a eles.

Armando Carvalho, descendente de um dos proprietários da produção agrícola, conta que seu pai e seus tios, iam ao Espírito Santo e principalmente a Minas Gerais, buscar pessoas dispostas e preparadas para trabalhar na lavoura, pois fora difícil conseguir na cidade quem fosse acostumado com estas atividades e com

"responsabilidade", "(...) eles vinham uma semana, sumiam na outra (...) era preciso gente que estivesse aqui o tempo todo" (Armando).

De acordo com os antigos moradores, o nome pelo qual o lugar é conhecido, "Terreirão", é proveniente de uma grande área que era usada para lazer. Devido às dimensões do terreno os moradores diziam: "vamos jogar bola lá no Terreirão, a gente se encontra lá no Terreirão de noite, e este acabou sendo o nome que identificou o lugar" (Rosângela). Este terreno ainda existe só que está menor, pois fora construída uma pracinha sobre ele (ver foto 4), mantendo assim o espaço como de lazer, mas este não é mais o local do "encontro", do contato com o próximo. Maria Mercês, que trabalha no local a mais de dez anos e conhece bem os moradores<sup>2</sup> acredita que com o tempo a sociabilidade entre os vizinhos foi diminuindo: "quando acabou a produção agrícola, as pessoas pararam de trabalhar juntas, no mesmo horário". Também deve ser considerado que as opções de lazer aumentaram significativamente.

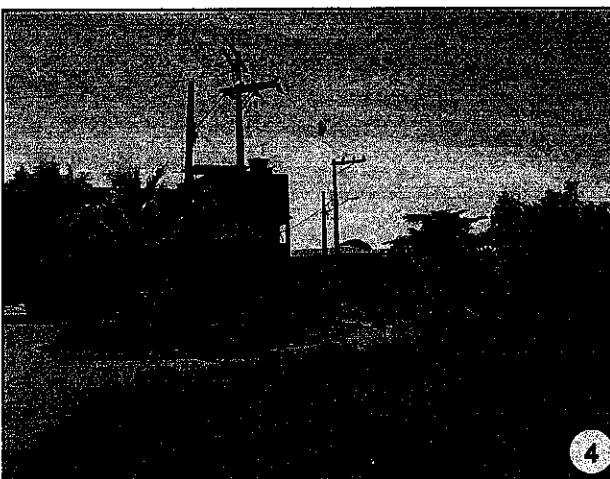


Foto 4 – Praça construída pelo programa Favela-Bairro, entre a Rua da Esperança e a Rua do Canal, sobre o "Terreirão".

Existem ainda outras duas possíveis origens para o nome de acordo com as pesquisas de Maiolino (2005), o Terreirão seria assim chamado por ter servido de refúgio aos negros capoeiristas escravizados pelos Jesuítas nos engenhos de açúcar

---

<sup>2</sup> Ela começou a trabalhar no local em 1994/95 realizando um levantamento sobre a situação da área para o projeto Favela - Bairro da prefeitura. Em 1997, quando as obras iniciaram, ela se afastou, retornando novamente em 2000.

ou pelo fato do terreno plano próximo ao sopé do Morro do Rangel possuir um solo de cor e textura diferente da área ao entorno, que era um areal, se destacando.

Os trabalhadores agrícolas do Terreirão se revezavam na plantação e na comercialização das verduras e legumes nas feiras livres da Tijuca e do Méier (na década de 1950 as feiras estavam em alta). Devido a esta divisão de funções dentro do núcleo embrionário do Terreirão, eram percebidas as diferenças entre os que trabalhavam dentro e fora da comunidade agrícola, devido ao seu contato com a classe média. Rosângela relata:

*"Nós não tínhamos banheiros, éramos todos ignorantes, fazíamos tudo dentro do rio, jogávamos tudo dentro dele, lixo, bicho morto (...) com o tempo ele foi diminuindo e não dava mais para navegar e os peixes morriam tudo (...) a gente só aprendeu o que era banheiro quando foi trabalhar na cidade, mesmo assim demorou para gente ter aqui".*

Com o aumento do contato com os "cidadinos" estes se tornavam, a cada vez, "mais urbanos" em seus hábitos e até mesmo na formação da sua consciência, "como eu te disse, a gente não tinha banheiro, fazia tudo por ai, e não se limpava não, hein! Acho que foi por isso que tinha tanta mortandade de criança" (Rosângela).

As condições de vida no Terreirão "roça" eram bem diferentes de outras áreas da cidade, o primeiro posto de saúde surgiu quando Rosangela tinha aproximadamente seis anos. Apesar de contar com apenas uma enfermeira, sua construção foi bastante importante para os moradores, pois atenuou o índice de mortalidade por doenças, que era alto não só pelos motivos apresentados pela moradora, mas também devido às condições da água que não possuía tratamento algum, pelo esgoto que era lançado diretamente no canal, pelo grande número de animais e insetos e pela distância do hospital, agravada pelo fato de só haver uma linha de ônibus para Cascadura, que ia apenas aonde era asfaltado, dificultando o acesso.

O problema de segregação espacial no Recreio, não é um fato isolado, e sim um reflexo da nação. Segundo Maricato (1982), o Brasil é tido como um dos países mais urbanizados do planeta, referindo-se ao fato da maior parte da população

nacional habitar em perímetro urbano. Porém, observa-se uma segregação neste espaço, visto que a evolução do uso e da ocupação do solo assume uma forma discriminatória (segregação da pobreza e cidadania restrita a alguns), e ambientalmente predatória. A pobreza urbana é maior do que a média da pobreza brasileira e está concentrada nas Regiões Metropolitanas. Dos pobres brasileiros, 33% estão nas "ricas" metrópoles do sudeste.

Pechman (1987:204), reuniu dados mostrando que a propriedade de terra na região da Barra da Tijuca, estando o Recreio inserido nesta, fora realizado em sua grande maioria através de procedimentos irregulares.

*"A infinidade de donos da Barra / Recreio, resume-se atualmente em quatro grandes proprietários, sendo eles: Pasquale Mauro (Grupo Desenvolvimento), Carlos Carvalho Hoskem (Carvalho Hoskem empreendimentos), Tjong Hirong Oei (ESTA S.A.), e Múcio Athayde (Cia. Litorânea de Imóveis), proprietários de 1/3 das terras, um verdadeiro latifúndio".*

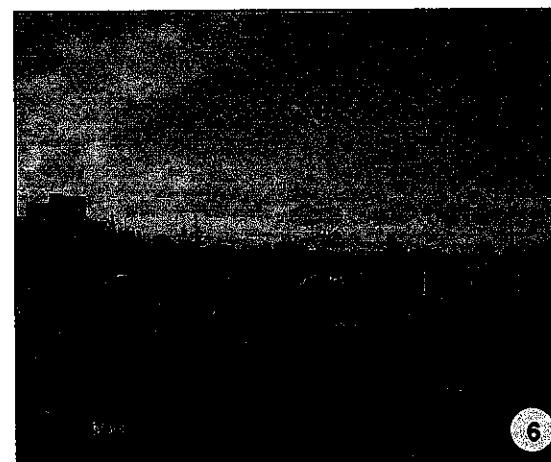
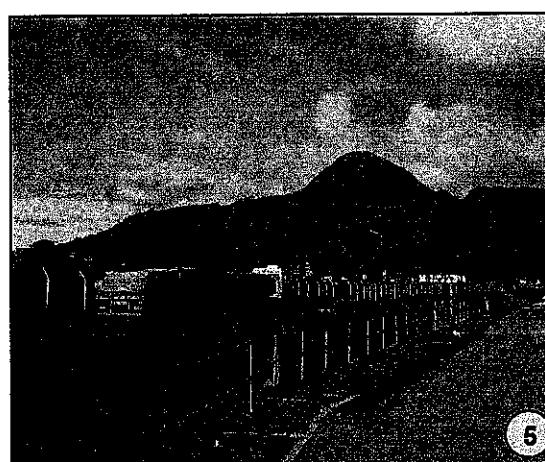
As atividades agrícolas eram realizadas nas terras dos "portugueses", nome como ficaram popularmente conhecidos os irmãos da família Carvalho, que eram sócios nos negócios. Porém os agricultores se instalaram em uma área pertencente à Cia. Litorânea. Que foi também a responsável pelo loteamento e comercialização dos terrenos próximos e que segundo Armando Carvalho, fora de quem seus pais e tios compraram o terreno ao chegarem de Portugal.

De acordo com Alcir, que atualmente é presidente da associação de moradores do Canal das Tachas, quando a Cia. Litorânea loteou a área, ela demarcou um espaço em que eles poderiam ficar. *"Eles respeitaram o fato de nós estarmos aqui antes deles"* (Alcir). A empresa restringiu estes a habitarem em uma área pantanosa, próxima ao Canal, ou seja, de pouco interesse para a construção civil. A invasão de terras costuma se realizar de duas formas: um mediador observa a região e quem é o proprietário das terras, e com um grupo de aproximadamente dez famílias se fixa no lugar, ou uma família se apossa de uma determinada área e quando estabelecida, vem trazendo outros conhecidos. Tendo sido esta segunda, o

modelo estruturante do Terreirão. Maiolino citando Valladares<sup>3</sup> (2005:82), afirma que nem todas as habitações irregulares são fruto de invasões em terrenos públicos ou particulares, pois estes últimos, em alguns casos concediam autorização e até auxílio para a apropriação das áreas, com o objetivo de não pagar impostos ou mesmo de obter lucro através de pequenos aluguéis e facilidade de mão-de-obra.

Com o pedido de falência da Cia. Litorânea, parte das suas terras passou para o poder municipal como pagamento de dívidas. Fora a partir deste momento que os moradores do Terreirão passaram a conviver com a insegurança de serem removidos.

As terras pertencentes aos Carvalho, apesar de não estarem sendo ocupadas, foram recentemente cercadas (ver fotos 5 e 6) e os antigos trabalhadores que moravam nelas foram obrigados a sair, mas não se sabe se esses foram indenizados. Parte da área vem sendo utilizada como depósito para os materiais comercializados por Armando.



**Fotos 5 e 6 - Mostram o Terreno da família Carvalho, já cercado, e sendo utilizado como depósito de materiais do estabelecimento de um dos herdeiros.**

Antes das melhorias (construção do) no bairro, os moradores se mantinham fixos no Terreirão, em sua grande maioria, por não saberem executar qualquer tipo de trabalho que não estivesse relacionado às atividades agrícolas, e para tal serviço segundo Rosângela, eles recebiam quantias irrigórias, lhes gerando uma

<sup>3</sup> Valladares op. cit., p.5.

impossibilidade financeira de se mudar para outras áreas da cidade ou até mesmo de regressar a sua terra natal. Mudar -se durante esta época fora identificado como desejo de grande parte dos entrevistados, que tinham acesso a outras partes da cidade.

O Terreirão ao contrário de alguns dos núcleos de habitações irregulares da cidade, não é uma invasão recente em área nobre, muito pelo contrário, o seu surgimento data um período em que a região era desprovida "de tudo" segundo relatam os moradores entrevistados.

## CAPÍTULO II

### O CRESCIMENTO DO RECREIO DOS BANDEIRANTES: O FIM DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NO TERREIRÃO

Com a consolidação e estagnação da Zona Sul da cidade, tornou-se necessário às incorporadoras identificar e atuar em outros espaços que ainda apresentam grandes ofertas de terras livres em novas áreas de expansão. Estas impõe aos capitais imobiliários o dilema de introduzir uma inovação no mercado capaz de deslocar / atrair a demanda de maior poder aquisitivo, para isso tentou-se alterar os padrões de habitabilidade destas faixas de renda. Segundo Abramo (1988), foi aí que surgiu na mente imaginosa dos capitais imobiliários, estimulada pelo desejo de lucro no futuro, a idéia dos condomínios fechados, com todas as suas opções de lazer e acima de tudo com a “garantia de uma vida segura”.

A transformação acelerada da região relaciona-se então ao capital imobiliário através de dois fatores: o primeiro está ligado às estratégias de incorporação que careceram de grandes empreendimentos, e o segundo refere-se ao fato do bairro não ter passado por um processo de uso predial no passado, pulando para o que normalmente costuma ser a segunda fase do processo de adensamento dos bairros, a verticalização.

A Barra da Tijuca teve o seu “boom” imobiliário nas décadas de 1970/80. Neste período fora comercializado à classe média, a realização do sonho de se morar a beira mar, por um preço bem mais acessível, do que na já saturada zona sul. Atualmente observa-se uma Barra com elevado índice populacional e importante valorização no mercado habitacional.

Em decorrência do “transbordamento” da Barra da Tijuca, o Recreio torna-se a nova menina dos olhos da classe média. O bairro fora dominado, desde o início de sua ocupação efetivamente urbana, pelas incorporadoras que investiam em novas áreas de atuação. Neste processo, o Estado e em alguns casos os próprios empreendedores precisaram atuar para viabilizar condições ínfimas de habitação e de estabelecimento de atividades econômicas. Mas estas atuações eram realizadas em caráter emergencial, de maneira que a comercialização fosse possível. Estes fatores geraram até os dias de hoje uma série de problemas de infra-estrutura.

A produção da cidade era realizada através da batalha travada entre o capitalista (com o apoio financeiro, político e ideológico do Estado) e o trabalhador, precedendo assim os agentes que conhecemos atualmente. Hoje, além dos grupos sociais excluídos e do Estado, são também importantes agentes produtores do espaço urbano os proprietários fundiários, o incorporador imobiliário e o construtor, mas também podem fazer parte deste processo o comprador de imóveis, os agentes financeiros, empresas de planejamento e corretores imobiliários. Com exceção dos dois primeiros, os demais agentes são considerados promotores capitalistas do espaço construído. Reproduzindo as relações de produção, implicando na continuidade do processo de acumulação.

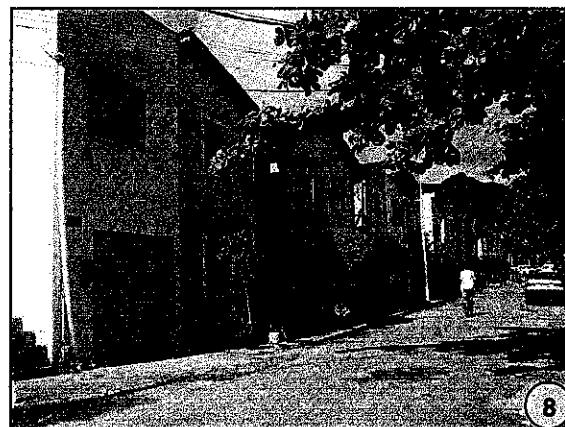
O Recreio dos Bandeirantes é ocupado predominantemente pela classe média, por isso, os incorporadores imobiliários, são os mais presentes na construção deste. De acordo com Topalov (1979), o incorporador imobiliário é o responsável por adquirir um terreno urbano, cujo valor será negociado por ele. O projeto de exploração da nova área incorporada será da competência deste, através da contratação de um escritório de planejamento, e se necessário, a busca de financiamento, contratação de uma empresa construtora e por fim, entrega a uma corretora que irá comercializá-lo. Ao final deste processo, no ato da venda, o incorporador obtém não somente o capital de giro investido como a essência do capitalismo, o lucro.

Até mesmo as produções não capitalistas, como as inúmeras invasões de terra, aonde predominam autoconstrução das habitações e as moradias populares fornecidas pelo Estado (ver fotos 7 e 8), o que segundo Fridmann (1999), é a

realização de uma política redistributiva de terras, o que não deveria gerar com isso lucro, e sim uma transformação de uso. Porém podem vir a dar lucro, pois como considerou Abramo (1988:115), “mesmo sendo produzidos de forma não capitalista, esses imóveis quando vão a mercado e adquirem um valor mercantil, tem seus preços regulados pela produção capitalista de moradias”.



7



8

Fotos 7 e 8 - Conjunto Habitacional construído pelo programa Favela-Bairro, visto da rua Leon Eliachar (nos seus dois sentidos).

Ainda de acordo com Topalov (1979), o proprietário fundiário é um agente de grande importância, pois o solo, que é o suporte da produção, não é reproduzido pelo capital, não é um produto do trabalho. Todas as atividades produtivas têm a necessidade de uma base espacial, portanto, todo produtor deve dispor da propriedade de um solo para ter controle efetivo e uso da sua fração de terra. A incorporação imobiliária é o único setor que a cada novo trabalho, precisa de um novo solo, fazendo do proprietário da terra um obstáculo para si.

Esta dificuldade em obter uma fração de terra, foi um dos fatores que influíram no intenso crescimento demográfico na parte ocupada pelo Terreirão, aonde as pessoas ao se estabelecerem traziam os seus familiares, constituindo assim uma “rede familiar” de ajuda para a conquista da habitação. Moradia esta que era produzida, sem levar em conta à legislação urbanística de uso e ocupação do solo e o código de obras, sem financiamento público (ou ignorado pelas políticas públicas) e sem recursos técnicos (conhecimento técnico de engenharia e arquitetura). Ou seja, sem alternativas, a população se instalou como pôde, com seus parcós recursos e

conhecimento, mas contando sempre com o auxílio dos vizinhos / familiares, que repartiam os seus terrenos, auxiliavam na mão de obra e dividiam até mesmo o espaço de suas casas.

Os relatos de Lenice Ramos, que mora no Terreirão há 14 anos, após vir de Cruz das Almas (PB) com o seu marido, expressa bem esta realidade:

*"primeiro eu fiquei um ano em Bangu, mas o meu irmão arrumou emprego de caseiro para o meu marido aqui no Recreio e eu vim pra cá (...) morava todo mundo num barracão, até que eu ganhei um terreno lá no Pontal e dividi com o meu irmão. Gastamos todas as nossas economias para construir nele, cada um tinha a sua casa. Até que apareceu um dono do terreno (...) fomos expulsos com ameaça até de morte, perdemos tudo (...) mas, meu irmão consegui um empréstimo com o seu patrão e comprou um terreno aqui no Terreirão. Ele, mais a minha família e o meu pai, que tava doente, dividimos a mesma casa, era separado só com madeira".*

Além da rede familiar, com o crescimento do Recreio a classe média também trouxe alguns empregados que acabaram por buscar moradia no Terreirão, contribuindo para a sua expansão, mas fora principalmente, com o boom da região, que o número de habitantes aumentou, com pessoas seduzidas pelas oportunidades de emprego sobre tudo na construção civil. A região era no momento uma das melhores oportunidades para a mão-de-obra desqualificada, já que "tudo" precisava ainda ser construído.

As empresas de construção civil são muito importantes na economia dos países dependentes, pois geram grande número de empregos, para a massa desqualificada e favorecem o surgimento de pequenas empresas para lhe servir, sendo que ela não absorve quase nenhum lucro no processo em que está inserida.

Fora possível observar com base em dados de 1998 de Silva, Lima e Quintsir, analisados por Maiolino (2005:169), a origem das pessoas que hoje compõem o Terreirão; 63% são do Rio de Janeiro, 20% do Nordeste e 14,4% do Espírito Santo e Minas Gerais (uma das maiores concentrações do Rio). É evidenciado o impacto dos migrantes da década de 1970 / 80, nordestinos em sua maioria, que chegaram a

superar o número dos migrantes capixabas e mineiros cuja origem fora predominante na gênese do local.

O Terreirão tem desde o seu surgimento até hoje, o seu espaço delimitado por pessoas atraídas pela oportunidade de emprego que a princípio era para a produção agrícola, para Maiolini (2005), esta foi substituída aos poucos, indo para o setor de construção civil, no caso dos homens e como empregada doméstica para as mulheres. Hoje o setor de comércio também absorve boa parte da população, tem-se então um predomínio de ocupação no setor terciário, que é uma tendência da economia atual.

A substituição das atividades contribuiu significativamente para o fim das práticas agrícolas, com melhores oportunidades de emprego e consequentemente aumento da renda. “*Com o crescimento dessa área acabou a escravidão (...) o pessoal era livre para deixar a lavoura, mas ia fazer o que? E aonde? Pagavam muito pouco, mas não tinha opção*” (Rosângela). O processo de substituição teve início ainda na década de 1960, quando a construção da rodovia Rio - Santos (BR 101) e da auto-estrada Lagoa - Barra, iniciou o processo de “construção” do solo criado (espaço urbano) da Barra e do Recreio. A diminuição da produção ano após ano ocorreu, além do motivo já mencionado, pelo falecimento de alguns dos irmãos Carvalho, o que fora desmotivando os demais a continuar investindo na atividade. O fim definitivo da produção deu-se segundo Armando Carvalho, na década de 1990 “*o que acabou com a produção foi a prefeitura (...) com as obras do Favela-Bairro, eles mudaram o curso do canal, isso alagou a área, e acabou com o sistema de drenagem (...) depois disso minha família voltou para Portugal*”.

Outro fator que nos últimos anos tem influído significativamente na expansão física e demográfica do Terreirão são as construções para aluguel.

Segundo Harvey (1982), o caráter fixo e imóvel do ambiente construído (que é compreendido pela totalidade das estruturas físicas de um determinado lugar) acarretam na sua produção e uso de maneira competitiva, valorizando também as externalidades, a vizinhança, interferindo no seu valor. Com a valorização da Barra da Tijuca e a consequente valorização do Recreio dos Bandeirantes, as terras do Terreirão passam a agregar um grande valor comercial que já vem sendo explorado.

Antes o estabelecimento de novos moradores no Terreirão era feito predominantemente pela rede familiar, hoje, segundo Mercês pode se somar à chegada de “pessoas de fora” os de fora para ela, são pessoas com interesse de lucrar sobre o local:

*“Olha, você está vendo estes prédios, isso é de gente de fora que faz para alugar (ver foto 9), as construções daqui são assim (aponta para a janela) (ver foto 10). Agora os próprios moradores daqui vendo isso, estão começando a fazer coisas para alugar, e em lugar apertado assim, crescer é só para cima, o que é perigoso, pois a área aqui não comporta mais de três pavimentos por ser pantanosa”.*

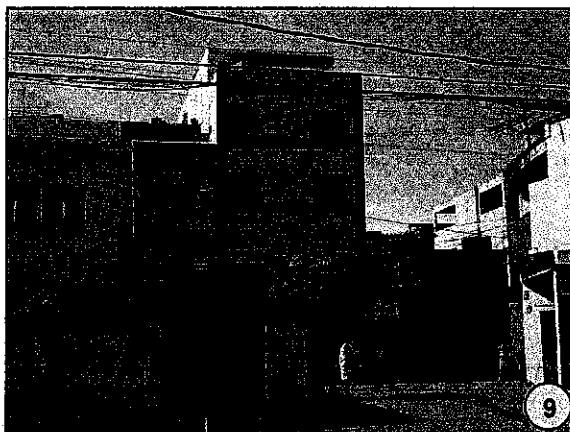


Foto 9 - Um prédio destaca-se na Rua da Esperança, devido a sua estrutura e acabamento, mais caros e complexos.

Foto 10 - Vista do Pouso para a Rua dos Arquitetos, mostrando as “construções locais”.

Mas segundo José Nivaldo, existe diferença entre o morador que aluga e a pessoa que apenas explora o lugar (ver fotos 11): “os de fora alugam para qualquer pessoa, isso trás atividades que desmoralizam o local, abriram até um cabaré aqui na rua (...) já quem mora aqui não vai botar qualquer um para morar em cima da sua casa”.

Como “medida de precaução” para que as habitações populares do Favela-Bairro não fossem passadas, elas estão em nome das mulheres da família, partindo do princípio que estas costumam comercializá-las com menos freqüência que os

homens. Ainda assim, já se sabe ao certo, que pelo menos uma casa já foi negociada.

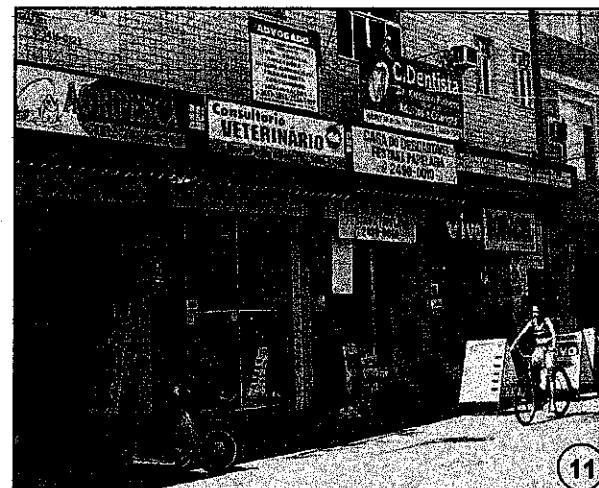


Foto 11 – Prédio, “dos que exploram o Terreirão” utilizado-o para aluguel de casas e lojas, e não como moradia própria.

Na produção capitalista imobiliária, o solo representa um capital fixo que se valoriza de acordo com: “*a sua localização (acesso ou distância do centro urbano) e das melhorias de urbanização que possui (água encanada, luz, esgoto, asfalto, etc.)*”. (Leitão 1999:29). A localização do Terreirão que já pode ser considerada privilegiada pelas amenidades físicas ao seu entorno, tem sido ainda mais cobiçadas após as melhorias realizadas pelos programas Estatais.

Podemos então concluir que quando a região e os moradores se “inseriram na cidade”, “*eles deixaram de ser gente humilde da roça, para serem pobres, ignorantes, favelados, ou seja, quase uma ameaça*” (Maiolino 2005:48).

### CAPÍTULO III

#### A ANTIGA COMUNIDADE DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS É HOJE UMA FAVELA?

Com as transformações nos modelos produtivos, aonde a complexa estrutura de classe industrial vai aos poucos se tornando mais polarizada, o que fora bastante agravado com os processos de globalização, gerou-se uma nova ordem urbana, com áreas que refletem as desigualdades, as hierarquias. As melhores porções do espaço (com uma qualidade melhor de solo criado) abrigam as classes do topo da pirâmide social, enquanto as da base se concentram nas porções menos valorizadas. No Rio de Janeiro a hierarquia não pode ser expressa apenas pela divisão centro - periferia, pois as favelas cravadas nas áreas centrais expressam o distanciamento social e não o físico.

A favela fora posta como sinônimo de problema desde 1937, quando o código de obras da cidade pela primeira vez reconhece a sua existência, com o objetivo de extinguí-las sobre o pretexto de serem habitações anti - higiênicas.

As remoções foram realizadas em grande número no período em que o país fora governado por militares, com a realocação da população em áreas longínquas e sem qualquer tipo de infra - estrutura que pudesse mantê-las no local.

Com o término da ditadura, ao virem as eleições, o poder político se vê “obrigado a negociar” com os favelados em troca de votos. É neste momento também que surgem os mitos em torno da violência, visto que a população empobrecida, não aceitara mais “o seu lugar” nas periferias e passaram a se aproximar com maior freqüência e em maior quantidade.

Nas periferias, sobre tudo nas mais distantes, além da carência de infra-estrutura, se tem um aumento no deslocamento ao emprego, que é agravado pelos péssimos serviços de transporte coletivos disponíveis e pelo seu alto custo. A população com renda mais baixa busca então as favelas, pois além de estarem próximas ao seu trabalho, tem a possibilidade de desfrutar de alguns confortos dos bairros onde estão inseridas. Santos (*apud* Lago 2000:40) diz que a favela está cercada de cidade por todos os lados. Havendo então, uma interação que inexiste nas periferias.

Os bairros periféricos mais consolidados, e por isso melhor estruturados, tem sido reduto de uma classe média empobrecida, em alguns casos de uma classe média local em ascensão e de moradores com renda baixa, que conseguem ai permanecer. Pois com a inserção do local na cidade as ofertas de infra-estrutura, lazer, comércio e outros, tende a aumentar, atraindo determinados segmentos sociais e ocasionando uma elevação no custo de vida, impelindo os menos abastados a se deslocar ainda mais para longe.

As favelas cariocas possuem períodos de “idas e vindas” em suas conquistas sociais. Após a revolução de 30 e com o estabelecimento da “Era Vargas”, a década de 1940, foi marcada por inúmeras medidas disciplinatórias, aonde muitas famílias foram removidas para parques proletários. Nos 15 anos subsequentes, despontaram ações de articulação entre os “favelados e os citadinos”, através da atuação de dois agentes: as associações de moradores e a Igreja. Os canais de negociação criados por estes, foram fechados nas décadas de 1960/70, quando o militarismo é imposto, assumindo o total controle das ações sociais.

Após o período de repressão militar, os banqueiros do jogo do bicho e os grupos ligados ao narcotráfico, passaram a exercer “controle” sobre as organizações do interior das favelas, marcando-as como o lugar da violência urbana. Intensificou-se também, a relação entre a pobreza e a violência, atribuída em grande parte a mídia, que enquanto representante da elite, realizou uma “construção sistemática da imagem do pobre como delinqüente e marginal o que acirrava a estigmatização de determinados territórios, em especial o das favelas” (Maiolino 2005:106).

O foco da mídia e do Estado deixa de ser as periferias e passa para as favelas, sendo que os mesmos problemas ocorrem nos dois locais, mas é a proximidade com as classes sociais mais abastadas, que delimita a sua importância.

Em 1964 Carlos Nelson comandou um grupo que conseguiu mostrar ser possível urbanizar as favelas, ao invés de removê-las através da transformação de Brás de Pina. Já na década de 80 as ações passaram a oscilar entre a remoção e a urbanização, esta foi realizada no Pavão - Pavãozinho e no Cantagalo (governo de Leonel Brizola) vindo depois a "era" Favela - Bairro (a partir de 1994) com o prefeito César Maia.

A expansão das favelas de acordo com Lago (2000), não está apenas nos problemas sócio-econômicos, como os que foram citados anteriormente. Mas, no início do seu reconhecimento enquanto solução para os problemas habitacionais. O Estado passa então a legitimar o ilegal, pela sua incapacidade de prover moradias dignas.

Programas como o Favela-Bairro, reduzem as incertezas quanto à fixação no local, e as expectativas de melhorias atraem ainda mais pessoas. Antigamente estas eram o reduto dos migrantes, mas com o passar do tempo, atraíram também pessoas fugidas do aluguel, vindas do interior e as que por perda de renda precisaram deixar os seus bairros.

Segundo pesquisa realizada por Lago e Ribeiro<sup>4</sup> (*apud* Maiolino 2005:62) em 1950 a população favelada representava 7% do total da cidade, indo para 10% em 60, 13% em 70 e 14% em 80. A taxa de crescimento dos habitantes das favelas fora por muitas vezes superior a dos habitantes da cidade. A Região Administrativa da Barra da Tijuca, na década de 1980 possui as favelas como as maiores taxas de crescimento da cidade. Já na década de 1990, a região se destaca por ter o maior número de novos habitantes residindo em favela (no Terreirão, segundo dados censitários de 1998, é pequeno o número de moradores provenientes de outras favelas, 4,3%).

---

<sup>4</sup> LAGO, Luciana; RIBEIRO, Luiz César de. A divisão Favela-Bairro no espaço social do Rio de Janeiro. *Cadernos Metrópole - Desigualdade e Governança*, nº5, São Paulo: EDUC, p.37 a 59, 2001.

O espaço, não é formado apenas pelas estruturas físicas, nele estão contidas dimensões simbólicas que influem na sua configuração. Como exemplo disso, pode-se observar que através do crescimento geográfico das cidades a atenção aos problemas urbanos se intensificou, e a legitimação de valores como a segurança, tornou a imposição da ordem<sup>5</sup> uma prioridade.

Conforme Caldeira (1997), com a “necessidade” dos sistemas de segurança, foram impostas regras de inclusão e exclusão, aonde os grupos que compõem espaços sociais distintos, se diferenciam / distanciam ainda mais, por meio da proibição de acesso dos indesejados. Como fora dito, atribuiu-se aos pobres a característica de classe perigosa, tornando necessário a estes, possuir um “selo” que ateste não se tratar de um marginal, para permitir a sua entrada no *locus* das elites. Estes estigmas, que por vezes impedem o acesso de “pessoas não identificadas” em estruturas físicas, os excluem igualmente da possibilidade de trocar experiências, do convívio social.

O fator violência marca o Terreirão de duas formas:

1. A ausência desta, ao menos na forma como vem sendo propagada, é apontada como fator de crescimento do local, pois funciona como atrativo populacional;
2. Os moradores e freqüentadores do local em sua grande maioria, não a consideram uma favela, devido à relação que fazem desta com a violência.

Habitar no Terreirão pode ser considerado um privilégio, pois na fala dos entrevistados é recorrente a frase “aqui nunca teve essa violência”, o termo “essa violência”, se refere ao que passa na televisão, ou que vem estampado na capa dos jornais. Quanto ao tipo de violência que ocorre no local os moradores relatam: “*violência aqui, só coisinhas ‘normais’, alguém que bebe demais e arruma uma confusão aqui, um vizinho que coloca a cerca mais pro terreno do outro (...) tudo coisa boba que a gente vai lá e resolve*” (Alcir), “*Aqui antigamente você podia deixar*

<sup>5</sup> Segundo anotações da disciplina Sociologia Urbana (do dia 06/04/2005), ministrada no curso de especialização em Planejamento Urbano e Regional - IPPUR, pela professora Luciana Corrêa do Lago, o termo desordem é empregado para expressar uma ausência de atuação do Estado na expansão do espaço urbano, sendo assim, a idéia de “ordenar as cidades” tem sido constantemente utilizada pelos seus governantes.

*a casa toda aberta, bicicleta na rua, hoje se deixar, levam a tua bicicleta (...), mas nada disso de arma na mão!" (Elisama).*

Dos oito entrevistados<sup>6</sup>, apenas um ao ser perguntado se considerava o Terreirão uma favela respondeu afirmativamente. Para os demais, ali não é uma favela, quem passou a considerá-la e chamá-la assim foram às pessoas externas a ela, devido a sua percepção dos "diferentes".

*"Não considero o Terreirão uma favela, para mim favela é o Pavão - Pavãozinho, Dona Marta. Mas cada um acha que favela é uma coisa, mas aqui não é não. Não tem violência, as casas são todas boas. Acho que são as pessoas de fora que começaram a dizer que aqui era favela (...)" (Roberto).*

*"As casa eram direitinhas, agora elas estão ficando mais próximas, talvez por isso associem mais a favela. Mais se você for ver o conceito de favela, planta, não tem nada haver, aqui também não tem violência, e até o comércio é diferente (...)" (Maria Mercês).*

*"Eu li num livreto que favela é em morro, por causa de uma história antiga, e aqui não tem morro, muito menos barraco, agora é tudo com casa direitinha" (Elisama).*

*"Se fosse favela não ia ter tanta gente com dinheiro morando aqui, ninguém que tem dinheiro, quer morar em favela, aqui também não tem a violência de favela" (Lenice).*

*"Favela, favela o Terreirão não é. Considero um bairro carente, mas não é essa carência de quem precisa de tudo, eles são carentes de cultura, de boas escolas (...)" (Armando Carvalho).*

*"Hoje o Terreirão não é mais uma favela. Antes do Favela-Bairro até podia ser, por que não tinha relógio de luz, tinha barracos (...) com mais garantia da propriedade o pessoal vai se animando e melhorando as casas (...) aqui todo mundo tem acesso, não tem bandido proibindo nada, passa polícia, morador, gente de fora" (Alcir).*

---

<sup>6</sup> José Nivaldo da Silva Ramos, não foi diretamente entrevistado ele estava junto à esposa (Lenice) e a filha (Elisama), respondendo apenas o que discordava ou acrescentando detalhes, e por diversa vezes se ausentou do local aonde conversávamos.

Os trechos destacados ilustram o que fora dito quanto às percepções da violência e também a associação da favela ao aspecto físico.

O “problema favela”, não surge de uma colocação dos seus moradores, mas do incomodo que causa aos agentes sociais que estão fora dela. Estes identificam nas favelas, distúrbios a urbanidade, ou seja, uma quebra dos padrões por eles esperado. Com isso, vemos que não se reflete quanto ao por que da existência das habitações precárias, o que se quer é tê-las longe dos olhos, aonde não possam intervir na paisagem.

As irregularidades saltam aos olhos, não pela questão fundiária, mas pelo padrão urbanístico, que destaca as suas construções das demais do bairro. Jacques (2001), fala sobre “*L'architecture dite vernaculaire*” referindo-se a uma expressão usada por Françoise Choay para identificar “*l'architecture caractéristique de certain pays ou régions (...) vernaculaire vient du latin vernaculus, indigène, domestique*” (2000:11). As construções das favelas são tidas como atrasadas e pitorescas.

O favelado é um ator social, que provoca alterações na relação da cidade com o “seu espaço”, gerando novas ações - reações. “*A retórica que nomeia o morador de favela de invasor, marginal e ameaçador da ordem, está atrelada ao morador do Terreirão, independente da sua realidade específica tão diferenciada de outras favelas*” (Maiolino 2005:149). Quando a associação de moradores do Canal das Tachas solicitou junto à prefeitura, que melhorias fossem realizadas na localidade e posteriormente o programa Favela-Bairro fora implantado, muitas reações contrárias se levantaram pelos moradores do Recreio formal, argumentando a desvalorização dos seus bens, do seu espaço, pelo convívio definitivo, concedido pelo Estado, com os “perigosos” moradores do Terreirão.

A relação dos moradores formais e informais do Recreio (Terreirão especificamente) é ambígua, pois é a forma como as pessoas aderem aos simbolismos que a situará dentro do espaço ou a sua visão em relação a ele e aos que o compõem.

Ora a população local<sup>7</sup> considera o Terreirão e os seus moradores como necessários, ora como indesejados.

Agentes imobiliários declaram não encontrar dificuldades de comercialização próximo ao local. Sendo o seu entorno, uma área de grande interesse dos incorporadores, pelo fato desta ser plana e composta por casas o que possibilita, ainda um segundo processo de expansão, por meio do adensamento vertical, ou a construção de lucrativos condomínios fechados.

As pressões das incorporadoras e a ações de parte dos moradores do bairro, representam aos favelados, que por diferentes motivos, eles são indesejados.

Se os moradores do Terreirão não a consideram uma favela, a prefeitura lhe pos o nome “Comunidade Canal das Tachas”, surge a questão: O Terreirão passou de comunidade de trabalhadores agrícolas para comunidade de “trabalhadores urbanos”, ou se tornou realmente uma favela?

Segundo Bauman (2002), o sentido da palavra comunidade está na sensação de pertencimento, de proteção e de identidade com um lugar em comum. O morador Alcir afirma: “*aqui é uma comunidade, por que quando alguém morre agente junta e ajuda a fazer o enterro, se um está passando por necessidade agente vai lá e ajuda, sem ninguém saber para não humilhar a pessoa*”.

O conceito comunidade tem sido amplamente utilizado para se referir às favelas, devido a toda a representatividade negativa que este nome trás consigo. Na sociedade em que vivemos as pessoas precisam se referir ao seu lugar de moradia como comunidade, quando temem ser desrimados, mas se precisam de ajuda ou reivindicam algum tipo de melhoria na localidade o denominam favela.

Comunidade ou favela são palavras que trazem consigo representações simbólicas, que identificam e produzem o espaço das pessoas que vivem no local ou que lançam os seus “olhares reflexivos” sobre ele. Mesmos as favelas e em especial

---

<sup>7</sup> As impressões dos moradores do bairro, assim como de agentes imobiliários, em relação ao Terreirão, foram obtidas por meio de pesquisas de campo realizadas para a produção do trabalho: “A Ação dos Incorporadores Imobiliários como agente de produção do espaço urbano no Rio de Janeiro: O caso do Recreio dos Bandeirantes”. Apresentado em fevereiro de 2005, no Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - F.F.P., como requisito parcial para obtenção do grau Licenciado em Geografia.

o Terreirão, já não se enquadrando mais na definição de conjunto de habitações toscas, e nem, necessariamente, carentes de serviços públicos essenciais é inquestionável o estigma territorial ao qual se esta vinculado.

Segundo Maiolino (2005), os moradores da favela possuem convicção de que os vizinhos de classes sociais mais altas, não gostariam de tê-los próximos, o que consolida estes estigmas e expressando uma extrema dessolidarização das classes médias em relação a esta parcela da população.

Esta dessolidarização, também pode ocorrer no interior das favelas, formando as suas micro-hierarquias, “*Do outro lado do Canal é a Três, lá é outro Território*” (Roberto), a Três é a Vila Esperança e é assim conhecida por ser considerado o terceiro núcleo de ocupação da área. Quanto à referência a “outro território” relaciona-se a isso as relações de poder locais, visto que a Três, possui uma associação de moradores distinta da que Roberto pertence, mesmo que toda a área possua uma única nomeação para a prefeitura: Comunidade Canal das Tachas.

Essas “subdivisões” são feitas pelos moradores, que já estão estabelecidos na área, e pela percepção de que se vive melhor do que o outro (considerando a que as obras de infra-estrutura, por exemplo, não foram igualmente distribuídas por toda a localidade) por mais que se habite no mesmo local e debaixo da mesma identidade.

A relação dos moradores do Recreio formal e informal, como fora visto durante a presente reflexão, se revela complexa e instável. E a fluidez dos seus limites, tornam imprecisa a divisão “favela - asfalto”.

Favela ou comunidade são utilizados por seres que possuem diferentes maneiras de observar a história, a produção do espaço e a realidade social das pessoas que residem no Terreirão e que carregam em comum esta identidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de industrialização / urbanização tardio do país, fez com que a sua configuração fosse marcada pelo que Santos (2005), chamou de um Brasil urbano que possui áreas agrícolas e um Brasil rural que possui áreas urbanas.

A comunidade do Canal das Tachas foi até pouco tempo um exemplo de prática agrícola desenvolvida em uma das mais importantes cidades do país. Concluiu-se que esta produção chegou ao fim com a total inserção da área e dos seus moradores em atividades ligadas ao modelo econômico vigente.

Os “camponeses”, repelidos de sua terra mãe em busca de emprego, tornaram-se mão-de-obra para as atividades menos qualificadas nos grandes centros urbanos, misturando-se aos “cidadãos”, mas não de forma homogênea. Em geral, estes costumam compor a parte inferior da pirâmide das classes sociais, e ocupam diferentes porções do espaço de acordo com a sua renda.

A população menos abastada encontra-se espalhada pelas cidades em favelas, loteamentos irregulares da periferia e em áreas centrais decadentes. A estas tem sido atribuído o título de “problemas urbanos”, que vem, através das mais variadas políticas públicas, sofrido sucessivas tentativas de solucioná-los.

O adensamento populacional do Terreirão trouxe consigo uma série de estigmas, que o tem marcado como *locus* da “precariedade” no Recreio dos Bandeirantes, voltando para si os olhos da vizinhança mais abonada e do Estado. Estes vem agindo de maneira a viabilizar a convivência, de acordo com os seus padrões e critérios, desconsiderando as percepções e necessidades dos moradores do local.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ABRAMO, Pedro.** *A Dinâmica Imobiliária: Elementos para o entendimento da espacialidade urbana.* 1988. 312P. Dissertação (Mestrado) – UFRJ / Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.
- ABREU, Maurício de Almeida.** *Evolução Urbana do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- BAUMAN, Zigmunt.** *Comunidades.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002, p. 7 - 25, 49 - 69.
- BOURDIEU, Pierre.** *O Poder Simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand, 1998, p. 133 - 161.
- CARDOSO, Adauto Lúcio; QUEIROZ, Luiz César de.** *Dualização e Reestruturação Urbana: O caso do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR: FASE, 1996.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio;** "Enclaves Fortificados: a nova segregação urbana". *Novos Estudos CEBRAP*, n.47, março 1997, p. 155 - 176.
- CASTELLS, Manuel;** *A Questão Urbana.* Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.] Tradução de: La Question Urbaine.
- CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa.** (orgs.) *Geografia: conceitos e temas.* 5º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CORRÊA, Roberto Lobato.** *O Espaço Urbano.* 3º ed. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1995.
- FRIDMAN, Fânia.** *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. Garamond, 1999, p. 233 - 253.

HARVEY, David. "O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas". **Espaços & Debates**, nº 6, jun./set., 1982, p. 6 - 35.

JACQUES, Paola Berenstein; **Les Favelas de Rio: um défi culturel**. Paris: L'Harmattan, 2001.

LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdades e Segregação na Metrópole: O Rio em tempo de crise**. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal: Revan, 2000.

LÉFÈBvre, Henri. "El espace". In: **Une Pensée Devenue le Monde: Faut-il abandonner Marx ?** Paris: Fayard, 1980, p. 148 – 156.

LEITÃO, Gerônimo Emílio Almeida. **A Construção do Eldorado Urbano: o plano urbanístico da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá**. Niterói: EdUFF, 1999.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. 2º ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1977.

MAIOLINO, Ana Lúcia Gonçalves. **Espaço Urbano e Subjetividade: Um foco especial sobre a favela do Canal das Tachas**. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) - PPGPS - UERJ, 2005.

MARICATO, Ermínia. (org.). **A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. 2º ed. São Paulo: Editora Alfa – Omega, 1982.

PECHMAN, Robert. "Formação Histórica da Estrutura Fundiária na Zona Oeste do Rio de Janeiro e na Barra da Tijuca": In: RIBEIRO, Luis César de Queiroz. (coord.). **Produção Imobiliária e Uso do Solo Urbano. Relatório de Pesquisa**. Rio de Janeiro: UFRJ / IPPUR, 1987. (vol III).

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 1989.

SINGER, Paul. "O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista": In: MARICATO, Ermínia. (org.). **A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. 2º ed. São Paulo: Editora Alfa – Omega, 1982.

TOPALOV, Christian. **La Urbanización Capitalista: Algunos elementos para sus análisis**. México: Editorial Edicol México, 1979.

## FONTES ORAIS

Alcir Matias Machado, presidente da associação de moradores do Canal das Tachas, nascido no Terreirão nos meados da década de 1960. Entrevistado em 18 de outubro de 2005.

Armando Carvalho, descendente dos proprietários da produção agrícola. Entrevistado em 21 de outubro de 2005.

Elisama da Silva Ramos, moradora do conjunto habitacional realizado pelo programa Favela-Bairro, mora no bairro há 14 anos. Entrevistada em 14 de outubro de 2005.

José Nivaldo, pai de Elisama. Entrevistado em 14 de outubro de 2005.

Lenice da Silva Ramos, mãe de Elisama. Entrevistada em 14 de outubro de 2005.

Maria das Mercês Lima Ramos, funcionária da prefeitura, trabalha no POUSO do Terreirão à aproximadamente 10 anos. Entrevistada em 11 de outubro de 2005.

Roberto, morador do Terreirão a 14 anos, trabalha na associação de moradores do Canal das Tachas. Entrevistado em 11 de outubro de 2005.

Rosângela Abreu Aleixo, nascida no Terreirão no final da década de 1950. Entrevistada em 14 de outubro de 2005.